



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150324 - BA (2021/0217111-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : LEONARDO SANTOS DALTRO
ADVOGADOS : GILDO LOPES PORTO JÚNIOR - BA021351
FERNANDA DE OLIVEIRA VIEIRA - BA045544
NATÁLIA BAPTISTA DE OLIVEIRA - BA061090
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LEONARDO SANTOS DALTRO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8012744-41.2021.8.05.0000).

O recorrente foi preso em flagrante em razão da suposta prática do crime de tráfico de drogas. O Juízo da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de Salvador converteu a prisão em flagrante em preventiva. Inconformada com essa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* no TJBA, cuja ordem não foi conhecida pela 1ª Câmara Criminal – Segunda Turma.

Sustenta a defesa, no presente recurso, ilegalidade do flagrante do recorrente, “tanto pelo acesso não autorizado quanto pela criação do cenário criminoso, com o implante de droga não pertencente ao peticionário pelos agentes envolvidos”, devendo “ser prontamente relaxada elemento absolutamente ilegal urdido pela Polícia Militar” (fls. 12-13).

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão em flagrante para que o recorrente seja colocado imediatamente em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso – relaxamento da prisão em flagrante –, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente